



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.cachoeiro.es.gov.br

ANO XLV - Cachoeiro de Itapemirim - terça-feira - 20 de dezembro de 2011 - Nº 4031

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI Nº 6573

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, **APROVA** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Cachoeiro de Itapemirim, relativo ao exercício de 2012, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto nos artigos 165, § 2º, da Constituição Federal, 103, § 2º, da Lei Orgânica Municipal e 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
incentivo à participação cidadã e controle social por meio do processo de Orçamento Participativo para o exercício;
a organização e estrutura dos orçamentos;
as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas alterações;
as diretrizes para a execução da Lei Orçamentária Anual;
as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
as disposições sobre as alterações na Legislação Tributária do Município; e
as disposições finais.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e as metas para o exercício financeiro de 2012 são as estabelecidas no Anexo I – Metas e Prioridades, de acordo com o planejamento da ação governamental instituído pelo Plano Plurianual 2010-2013.

§ 1º As prioridades e metas especificadas no Anexo I – Metas e Prioridades terão precedência na alocação de recursos no Orçamento 2012, não se constituindo, todavia, em limite à

programação das despesas.

§ 2º As Prioridades e Metas de Governo contemplam incentivo à participação cidadã e controle social efetivada por meio dos processos de Orçamento Participativo para o exercício de 2012.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social obedecerão à estrutura organizacional em vigor e discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, especificando para cada projeto, atividade ou operação especial, suas respectivas dotações e indicarão a categoria econômica, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

§ 1º A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão.

§ 2º Os programas, classificadores da ação governamental, integrantes da estrutura programática, são os definidos pelo Plano Plurianual 2010-2013.

§ 3º Na indicação do grupo de natureza da despesa a que se refere o *caput* deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

pessoal e encargos sociais (1);
juros e encargos da dívida (2);
outras despesas correntes (3);
investimentos (4);
inversões financeiras (5); e
amortização da dívida (6).

§ 4º A Reserva de Contingência, prevista no Art. 20 desta Lei, será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 5º A classificação por fontes de recursos seguirá o disposto na Portaria N-nº 028, de 10 de agosto de 2011 do Tribunal de Contas

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS**

Prefeito Municipal

BRAZ BARROS DA SILVA

Vice – Prefeito

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
 Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos
 Rua Brahim Antônio Seder, 34 - 3º Andar - Centro
 Cachoeiro de Itapemirim – ES
 E-mail: diario.oficial@cachoeiro.es.gov.br

PUBLICAÇÕES E CONTATOS	(28) 3521-2001
DIÁRIO OFICIAL	(28) 3522-4708

do Estado do Espírito Santo.

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
 Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
 Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
 Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulte um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e
 Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 5º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 6º As metas serão indicadas em nível de projetos e atividades.

Art. 7º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função, subfunção, programa, a unidade e o órgão orçamentário aos quais se vinculam.

Art. 8º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

CAPÍTULO III**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES**

Art. 9º O Orçamento Anual do Município abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais e os Órgãos da

Administração Direta e Indireta e será elaborado e executado visando garantir o equilíbrio entre receitas e despesas e a manutenção da capacidade própria de investimento.

§ 1º Os orçamentos dos Fundos Especiais serão vinculados às secretarias afins e executados conforme seus planos de aplicação, obedecendo à classificação por categorias econômicas instituída pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Os orçamentos de investimentos das Empresas Públicas Municipais compreenderão os programas de investimentos das empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto e serão incluídos na Lei Orçamentária Anual pelos seus totais.

Art. 10. Os Órgãos da Administração Indireta terão seus orçamentos para o exercício de 2012 incorporados à Proposta Orçamentária do Município caso, sob qualquer forma ou instrumento legal, recebam recursos do tesouro municipal ou administrem recursos e patrimônio do Município.

Parágrafo único. Os orçamentos das Autarquias Municipais serão incluídos na Lei Orçamentária Anual pelos seus totais.

Art. 11. No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2012.

Art. 12. Na programação da despesa, serão observadas restrições no sentido de que:

nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos; e
 não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, sem prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, a qualquer título, a servidor da administração municipal direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Art. 13. A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 14. A Proposta Orçamentária Anual poderá conter previsões para ingresso de recursos oriundos de operações de crédito contratadas, autorizadas ou que tenham sido objeto de solicitação de autorização para contratação em Projeto de Lei específico proposto ao Poder Legislativo até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para aprovação, conforme termos da LC 101, de 2000, Art. 32, § 1º, I.

Art. 15. Somente serão incluídas na Lei Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento à Câmara Municipal.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo o parcelamento do débito com o Instituto Nacional de Seguridade Social–INSS, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim – IPACI e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Art. 16. Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios:

novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária Anual após atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito e convênios;

somente serão incluídos na Lei Orçamentária Anual investimentos para os quais ações que assegurem sua manutenção tenham sido previstas no Plano Plurianual 2010–2013; e

os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 17. Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir despesas com Programas de Governo, constantes de propostas de alterações do Plano Plurianual 2010-2013, que tenham sido objeto de projetos de leis.

Parágrafo único. Os projetos de leis a que se refere o “caput” deste artigo, são os remetidos à Câmara Municipal até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 18. A estimativa de receita de operações de crédito para o exercício de 2012 terá como limite máximo a disponibilidade resultante da combinação das Resoluções 40, de 20 de dezembro de 2001 e 43, de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal e respectivas alterações.

Art. 19. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 20. A Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a **0,4903% (quatro décimos, nove centésimos e três décimos de milésimos por cento)** da receita corrente líquida e será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 21. As alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observados os mesmos grupos de natureza da despesa, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação de Portaria pelo Secretário Municipal de Gestão Estratégica.

Art. 22. Não será admitido aumento do valor global do Projeto de Lei Orçamentária e de seus Créditos Adicionais, em observância ao inciso II, do artigo 106, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 3º, do artigo 166, da Constituição Federal.

Art. 23. A Receita Corrente Líquida será destinada, prioritariamente, aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida pública, à contrapartida de convênios e operações de crédito e às vinculações aos Fundos Municipais, observados os limites impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 24. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de Créditos Adicionais integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesas, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 25. Ficam as seguintes despesas sujeitas à limitação de empenho e movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas nos arts. 9º e 31, inciso II, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, na respectiva ordem:

elaboração de projetos, obras e instalações e aquisição de imóveis, que contribuam para a expansão da ação governamental;
compra de equipamentos e material permanente;
despesas classificadas como outras despesas correntes cujos recursos fixados no Orçamento de 2012 excedam os valores realizados no exercício antecedente; e
hora extra.

Parágrafo único. O procedimento estabelecido no *caput* deste artigo aplica-se aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, no valor total da Lei Orçamentária de 2012, repercutindo, inclusive, no repasse financeiro a que se refere o art.168 da Constituição Federal.

Art. 26. Fica excluído da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do artigo 22, da Lei Complementar 101, de 2000, a contratação de hora extra para pessoal em exercício nas secretarias municipais de saúde e de educação, ou em outras secretarias quando se tratar de relevante interesse público.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observados os arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive alterações despesa da folha de pagamento de agosto de 2011 projetada para o exercício de 2012, de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos.

Art. 28. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
se observado o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 2000; e
se observada a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

**CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 29. Na estimativa das receitas constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos das propostas de alterações na Legislação Tributária.

§ 1º As alterações na Legislação Tributária Municipal dispendo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia e Pela Prestação de Serviços, deverão constituir objetos de projetos de lei a serem enviados à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de investimento do Município.

§ 2º Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos:

atendimento ao art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social.

**CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 30. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que impliquem em execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação às cotas financeiras de desembolso.

Art. 31. Os recursos a serem transferidos às entidades públicas e privadas para atendimento ao que dispõe o artigo 26, da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão destinados, prioritariamente, às áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, preservação ambiental, ensino superior, programas de geração de emprego e renda, turismo, participação em constituição ou aumento de capital.

§ 1º As entidades beneficiadas terão que apresentar plano de metas de atendimento à população e destinação dos recursos.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 32. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2012 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2011, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas em sua totalidade, as dotações para atender despesas com:

pessoal e encargos sociais;
benefícios previdenciários a cargo do IPACI;
serviço da dívida;
pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de

operações de crédito ou de transferências da União e do Estado; categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior; e

conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2011 e cujo cronograma físico estabelecido em instrumento contratual não se estenda além do primeiro semestre de 2012.

§ 3º Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao Projeto de Lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais.

Art. 33. O Poder Executivo disponibilizará, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a Unidade Orçamentária e respectivas categorias de programação.

Art. 34. A abertura de Créditos Suplementares no exercício financeiro de 2012 será de até 50% (cinquenta por cento).

Art. 35. Os Créditos Especiais e Extraordinários, autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2011, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2012, conforme o disposto no § 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recurso à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 36. Cabe à Secretaria Municipal de Gestão Estratégica a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Gestão Estratégica determinará sobre:

calendário de atividades para elaboração dos orçamentos;
elaboração e distribuição dos quadros que compõem as propostas setoriais do Orçamento Anual da Administração Direta, Autarquias, Fundos, Fundações e Empresas; e
instruções para o devido preenchimento das propostas setoriais dos orçamentos de que trata esta Lei.

Art. 37. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Fazenda, estabelecerá a programação financeira, por órgãos e o cronograma anual de desembolso mensal, por grupo de natureza da despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 38. Entende-se, para efeito do § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 39. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 19 de dezembro de 2011.

**CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal**



Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

Anexo I - Metas e Prioridades

Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000

Lei de Responsabilidade Fiscal

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0001	APOIO AO ENSINO MEDIO PROFISSIONALIZANTE E EDUCAÇÃO SUPERIOR		SEME
Objetivo	Apoiar o desenvolvimento do ensino médio profissionalizante e da educação superior			
Ação/Tipo	Descrição			
001	A	apoio ao ensino profissionalizante	unidade apoiada	1
002	A	apoio à educação superior	unidade apoiada	1

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0003	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		SEME
Objetivo	Ofertar educação infantil e ensino fundamental de qualidade			
Ação/Tipo	Descrição			
005	P	aparelhamento de unidades da educação infantil	unidade aparelhada	5
006	P	ampliação de unidades da educação infantil	unidade ampliada	1
007	P	construção de unidades de educação infantil	unidade construída	5
008	P	reforma de unidades de educação infantil	unidade reformada	1
009	A	formação continuada de servidores da educação infantil	servidor capacitado	1.000
010	A	implementação do transporte escolar da educação infantil	aluno transportado	120
011	A	implementação da alimentação escolar da educação infantil	aluno beneficiado	8.900
012	P	ampliação do acervo das bibliotecas da educação infantil	obra literária adquirida	400
013	A	manutenção das unidades da educação infantil	unidade mantida	60
014	P	aparelhamento de unidades do ensino fundamental	unidade aparelhada	4
015	P	ampliação de unidades do ensino fundamental	unidade ampliada	2
016	P	construção de unidades de ensino fundamental	unidade construída	1
017	P	reforma de unidades de ensino fundamental	unidade reformada	1
018	A	formação continuada de servidores do ensino fundamental	servidor capacitado	1.800
019	A	manutenção do transporte escolar do ensino fundamental	aluno transportado	900
021	A	manutenção da alimentação escolar do ensino fundamental	aluno beneficiado	17.000
022	P	ampliação do acervo das bibliotecas do ensino fundamental	obra literária adquirida	1.000
023	A	manutenção das unidades do ensino fundamental	unidade mantida	45

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0004	EDUCAÇÃO COM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		SEME
Objetivo	Dotar as unidades de ensino de laboratório de informática para ofertar educação de qualidade			
Ação/Tipo	Descrição			
026	P	implantação de laboratórios de informática ensino fundamental	laboratório implantado	2

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0005	EDUCAÇÃO INCLUSIVA		SEME
Objetivo	Atender adequadamente alunos portadores de necessidades especiais defasagem de idade e série			
Ação/Tipo	Descrição			
027	A	manutenção das atividades da educação de jovens e adultos	aluno atendido	180
028	A	manutenção das atividades da educação especial	aluno atendido	650

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	2	Desenvolvimento Local Sustentável		
Programa	0006	ECONOMIA SOLIDÁRIA		SEMUTHA
Objetivo	Aumentar nº de empreendimentos solidários, cooperados e autogestionados do Município			
Ação/Tipo	Descrição			
032	A	apoio a entidades de economia solidária	entidade apoiada	2
033	A	capacitação profissional para inclusão produtiva	família atendida	10
034	A	implementação de oficina de artes	oficina implementada	20



Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012
 Anexo I - Metas e Prioridades
 Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000
 Lei de Responsabilidade Fiscal

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	2	Desenvolvimento Local Sustentável		
Programa	0007	CACHOEIRO: CONHEÇA E SE ENCANTE!		SEMDEC
Objetivo	Aumentar o fluxo de turista na região			
Ação/Tipo	Descrição			
035	P	fomento ao turismo rural	projeto implantado	perc 25
036	P	fomento ao turismo em área urbana	projeto implantado	perc 25
037	P	revitalização da estação ambiental Ilha dos Meirelles	estação revitalizada	perc 75
038	P	construção do centro de recepção ao turista	centro construído	unid 1
039	A	manutenção do centro de recepção ao turista	atividade mantida	perc 75
040	P	revitalização do aeroporto municipal	aeroporto revitalizado	perc 75

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	2	Desenvolvimento Local Sustentável		
Programa	0008	CACHOEIRO: VALE A PENA INVESTIR AQUI!		SEMDEC
Objetivo	Fomentar o desenvolvimento da economia local			
Ação/Tipo	Descrição			
043	P	fomento ao desenvolvimento econômico	projeto implantado	perc 25
044	P	implementação de pólos industriais	polo implementado	perc 20
045	P	implantação terminal rodoferroviário	terminal implantado	perc 15

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	4	Gestão Ética, Democrática e Eficiente		
Programa	0009	DEFESA CIVIL DA CIDADE		GAP
Objetivo	Promover a gestão do sistema municipal da defesa civil			
Ação/Tipo	Descrição			
230	P	implementação de núcleos comunitários de defesa civil - NUDEC	nudec implementado	unid 1

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	5	Gestão Democrática do Território		
Programa	0011	PROJETO NOSSO BAIRRO		SEMGES
Objetivo	Promover a gestão estratégica de políticas públicas de desenvolvimento urbano e social em áreas específicas da cidade			
Ação/Tipo	Descrição			
295	P	capacitação técnica profissional	profissional capacitado	unid 30
296	P	construção de centro comunitário	centro construído	unid 2
297	P	contenção de morros e encostas	muro construído	m3 146
298	P	construção de praças de esportes	praça construída	unid 1
299	P	construção de praça de lazer	praça construída	unid 2
300	P	construção de unidades habitacionais	habitação construída	unid 10
301	P	elaboração de estudos e projetos	estudo/projeto elaborado	unid 2
302	P	implantação de redes de drenagem	rede implantada	m2 4.966
303	P	incentivo à geração de renda	família beneficiada	unid 151
304	P	pavimentação de vias	via pavimentada	m2 24.526
306	P	regularização fundiária	imóvel regularizado	unid 4.571
307	P	tratamento paisagístico de vias e encostas	área tratada	m2 1.200
308	P	urbanização de áreas habitacionais	área urbanizada	m3 146
309	P	melhoria das condições de acessibilidade	acesso reformado	unid 8

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	2	Desenvolvimento Local Sustentável		
Programa	0012	CIDADE TECNOLÓGICA CACHOEIRO		SEMDEC
Objetivo	Prover meios para o desenvolvimento científico e tecnológico			
Ação/Tipo	Descrição			
046	P	implantação de incubadora de empresas de base tecnológica	incubadora implantada	per 80
047	A	promoção de eventos científicos e tecnológicos	evento promovido	unid 5
048	A	incentivo à pesquisa científica	pesquisa apoiada	unid 10

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	2	Desenvolvimento Local Sustentável		
Programa	0013	INCLUSÃO DIGITAL		SEMDEC
Objetivo	Proporcionar meios de inclusão digital aos munícipes			
Ação/Tipo	Descrição			
052	A	apoio aos telecentros comunitários	telecentro apoiado	unid 14



Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012
 Anexo I - Metas e Prioridades
 Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000
 Lei de Responsabilidade Fiscal

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	2	Desenvolvimento Local Sustentável		
Programa	0014	GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA		SEMUTHA
Objetivo	reduzir a taxa de desemprego			
Ação/Tipo	Descrição			
053	A	capacitação social, profissional e setorial	pessoa qualificada	unid 100
055	A	implementação do observatório do trabalho	observatório implementado	perc 100

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	4	Gestão Ética, Democrática e Eficiente		
Programa	0015	FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL		CIG
Objetivo	implementar ações e investimentos que aumentem a qualidade do controle interno do município			
Ação/Tipo	Descrição			
065	P	implantação de sistema informatizado de controle interno	sistema implantado	perc 35
066	A	implementação da ouvidoria digital	sistema implementado	perc 15
067	A	implementação da ouvidoria itinerante	atividade implementada	perc 15

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	4	Gestão Ética, Democrática e Eficiente		
Programa	0016	GESTÃO DE RECEITAS PÚBLICAS		SEMFA
Objetivo	otimizar a gestão de receitas públicas e a capacidade de arrecadação do município			
Ação/Tipo	Descrição			
071	P	atualização da base cadastral	cadastro atualizado	unid 31.000
072	P	atualização da planta genérica de valores	planta atualizada	perc 100
073	A	fortalecimento das ações de fiscalização tributária	fiscalização realizada	perc 100
074	P	realização de eventos de educação tributária	evento realizado	unid 6

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	4	Gestão Ética, Democrática e Eficiente		
Programa	0017	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA		SEMFA
Objetivo	Implantar sistemas tributários e departamentais			
Ação/Tipo	Descrição			
077	P	implantação de sistemas tributários aplicativos	sistema implantado	unid 2

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0018	CACHOEIRO QUE TE QUERO VERDE		SEMMA
Objetivo	Ampliar a área verde urbana do município			
Ação/Tipo	Descrição			
084	P	implantação de áreas arborizadas	área implantada	m2 10.000
085	A	realização de campanhas de educação ambiental	campanha realizada	unid 4
088	P	preservação de nascentes e cursos d'água	nascente/curso d'água preservado	perc 25

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0020	FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA		SEMMA
Objetivo	fortalecer o setor de fiscalização ambiental			
Ação/Tipo	Descrição			
090	A	execução de ações fiscalizatórias preventivas	contribuinte orientado	unid 1.440

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	5	Gestão Democrática do Território		
Programa	0021	NOSSA CIDADE CACHOEIRO		SEMSUR
Objetivo	Promover o funcionamento dos serviços públicos de iluminação, coleta de lixo e manutenção de áreas públicas			
Ação/Tipo	Descrição			
096	A	manutenção do sistema de limpeza pública	atividade mantida	perc 100
097	P	recuperação do morro do lixo	unidade recuperada	perc 25
098	A	manutenção da iluminação pública	atividade mantida	perc 100
099	A	manutenção de áreas públicas	atividade mantida	perc 100



Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012
 Anexo I - Metas e Prioridades
 Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000
 Lei de Responsabilidade Fiscal

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	1	Participação Cidadã e Controle Social		
Programa	0022	COMUNICAÇÃO DIRETA		SEMCOS
Objetivo	Promover a disponibilização dos atos e ações da prefeitura junto à população			
Ação/Tipo	Descrição			
103	A	manutenção e divulgação do portal da PMCI	portal divulgado e mantido	perc 100
104	A	implementação da produtora de vídeo e áudio	produtora implementada	perc 5
105	A	padronização de material técnico e institucional	padronização implementada	perc 100
106	A	implementação de mídias institucionais	mídia implementada	perc 100
107	A	realização de campanhas institucionais	campanha realizada	unid 15
108	A	implementação do acervo áudio-visual	acervo implementado	perc 100

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0023	CACHOEIRO ESPORTE E LAZER		SEMESP
Objetivo	Ampliar o acesso da população às práticas esportivas e à interação social através do lazer			
Ação/Tipo	Descrição			
115	A	realização a apoio a eventos esportivos e de lazer	evento realizado/apoiado	unid 250
116	A	apoio a entidade esportivas e atletas	entidade e/ou atleta apoiado	unid 20
117	P	construção/reforma/ampliação de espaços esportivos e de lazer	espaço construído/reformado/ampliado	unid 80
118	A	apoio a núcleos poliesportivos	núcleo apoiado	unid 40
119	P	construção de ginásio poliesportivo	ginásio construído	m2 357

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	5	Gestão Democrática do Território		
Programa	0024	INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL		SEMAG
Objetivo	Implementar infraestrutura adequada para o desenvolvimento sustentável do meio rural			
Ação/Tipo	Descrição			
123	A	apoio ao desenvolvimento da piscicultura	atendimento realizado	h/m 800
124	A	apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário	patrulha implantada	unid 3
125	A	manutenção dos mercados municipais	mercado mantido	unid 2
126	A	apoio às feiras livres do produtor rural	feira apoiada	unid 2
127	P	implantação de agroindústria - Pronaf Capixaba	agroindústria implantada	unid 1
128	A	manutenção de vias rurais	distrito atendido	unid 10

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	5	Gestão Democrática do Território		
Programa	0025	TELEFONIA RURAL		SEMAG
Objetivo	Disponibilizar às comunidades rurais acesso à rede de telecomunicações			
Ação/Tipo	Descrição			
129	P	implantação de telefonia rural	comunidade atendida	unid 3

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	5	Gestão Democrática do Território		
Programa	0026	DIVERSIFICAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS RURAIS		SEMAG
Objetivo	Apoiar a implementação de programas de extensão rural e estratégias de diversificação em comunidade rurais do município			
Ação/Tipo	Descrição			
133	A	realização de eventos de diversificação da produção agrícola	evento realizado	unid 38
134	A	implementação de unidade de referência de produção agrícola	unidade implementada	unid 2
135	P	implantação de unidade regional de café especial - URCE	unidade implantada	unid 1
136	A	realização de extensão rural para agricultura familiar	agricultor beneficiado	unid 200

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0027	Há Gente no Trânsito		SEMDEF
Objetivo	Implementar ações de humanização e educação no trânsito, visando reduzir o índice de acidentes			
Ação/Tipo	Descrição			
140	P	implantação do sistema de monitoramento eletrônico de trânsito	sistema implantado	perc 25
141	A	manutenção do sistema de monitoramento eletrônico de trânsito	sistema mantido	perc 25

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0028	Cachoeiro Mais Seguro		SEMDEF
Objetivo	Promover a segurança pública e preservar o patrimônio municipal			
Ação/Tipo	Descrição			
143	P	Construção de sede	sede construída	perc 0
144	A	Implementação do sistema de inteligência	sistema implementado	perc 0
145	A	Ampliação do sistema de monitoramento eletrônico de segurança	sistema ampliado	perc 25
146	A	Fortalecimento das ações de segurança pública	segurança fortalecida	perc 25
147	A	Manutenção do sistema de monitoramento eletrônico de segurança	sistema mantido	perc 100



Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

Anexo I - Metas e Prioridades

Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000

Lei de Responsabilidade Fiscal

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	5	Gestão Democrática do Território		
Programa	0029	PROURB-PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA		SEMO
Objetivo	Promover a infraestrutura da melhoria urbana			
Ação/Tipo	Descrição			
151	P	construção de escadarias	escadaria construída	m2 100
152	P	construção de rede de drenagem fluvial/pluvial	rede construída	m2 8.000
153	P	construção de passarelas	passarela construída	m2 3.000
154	P	construção de pontes	ponte construída	m2 100
155	P	construção de muros de contenção	muro construído	m3 12.850
156	P	implantação de redes de distribuição de água e esgoto	rede implantada	m2 1.000
157	P	pavimentação de vias	via pavimentada	m2 150.500
158	P	construção de capelas mortuárias	capela construída	m2 1.000
159	P	implantação de rede de iluminação pública	rede implantada	m 700
160	P	construção de centro comunitário	centro comunitário construído	m2 150

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	4	Gestão Ética, Democrática e Eficiente		
Programa	0031	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR		SEMASI
Objetivo	Institucionalizar mecanismos de valorização do servidor público municipal			
Ação/Tipo	Descrição			
173	A	implementação do programa de saúde do trabalhador	servidor beneficiado	unid 4.000
175	P	capacitação de servidores	servidor capacitado	unid 500
177	A	concessão de benefícios sociais pelo vale alimentação	servidor beneficiado	unid 2.400
178	A	concessão de benefícios sociais pelo vale transporte	servidor beneficiado	unid 1.400
179	A	concessão de benefícios sociais pelo vale feira	servidor beneficiado	unid 2.300

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		2012
Programa	0032	SAÚDE DA FAMÍLIA CACHOEIRO		SEMUS
Objetivo	Adequar o modelo assistencial e ampliar o atendimento à população, promover adequação física e de recursos humanos da rede de saúde municipal, implantar modelo programa de agente comunitário de saúde			
Ação/Tipo	Descrição			
185	A	manutenção das ações PSF e PACS	atividade mantida	perc 100
186	P	aparelhamento das unidades de PSF	unidade aparelhada	unid 1
187	P	reaparelhamento das unidades de PSF	unidade reaparelhada	unid 2
188	P	reforma de unidades de PSF	unidade reformada	unid 2
189	P	construção de unidades de PSF	unidade construída	unid 1

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0033	VIGILÂNCIA EM SAÚDE CACHOEIRO		SEMUS
Objetivo	Exercer controle, prevenção e vigilância em saúde visando ao bem estar da população			
Ação/Tipo	Descrição			
192	A	manutenção do centro de infectologia Abel Santana	atividade mantida	perc 100
193	A	manutenção e adequação das atividades de vigilância sanitária	atividade mantida	perc 100
194	A	manutenção das atividades de prevenção de endemias e proliferação de vetores	atividade mantida	perc 100
195	A	realização de campanhas de imunização	campanha realizada	perc 20
196	P	reaparelhamento do centro de controle de zoonoses	centro reaparelhado	unid 1
197	P	reaparelhamento do centro de infectologia Abel Santana	centro reaparelhado	unid 1



Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012
 Anexo I - Metas e Prioridades
 Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000
 Lei de Responsabilidade Fiscal

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0034	ATENÇÃO À SAÚDE BÁSICA CACHOEIRO		SEMUS
Objetivo	Garantir acesso básico, assistencial, odontológico, farmacêutico, laboratorial à população do município			
Ação/Tipo	Descrição			
200	A	manutenção da farmácia popular	atividade mantida	perc 100
201	A	manutenção dos serviços preventivos e curativos odontológicos	atividade mantida	perc 100
202	A	manutenção do laboratório municipal	atividade mantida	perc 100
203	A	manutenção da rede básica de saúde	atividade mantida	perc 100
204	A	manutenção de assistência farmacêutica	atividade mantida	perc 100
205	A	oferta de serviços de saúde	serviço ofertado	perc 100
206	A	apoio a instituições de saúde	instituição beneficiada	unid 4
207	A	manutenção das ações vinculados aos programas governamentais	atividade mantida	perc 100
208	P	aparelhamento da assistência farmacêutica	unidade aparelhada	unid 1
209	P	aparelhamento da rede básica	unidade aparelhada	unid 2
210	P	aparelhamento dos consultórios odontológicos	consultório aparelhado	unid 1
211	P	reaparelhamento da rede básico	unidade reaparelhada	unid 2
212	P	reaparelhamento dos consultórios odontológicos	consultório reaparelhado	unid 1
213	P	reaparelhamento do laboratório municipal	laboratório reaparelhado	unid 1
214	P	reforma de unidades de saúde	unidade reformada	unid 2
215	P	reforma do laboratório municipal	unidade reformada	unid 1
216	P	ampliação de unidades de saúde	unidade ampliada	unid 1
217	P	construção de unidades de saúde	unidade construída	unid 2
218	P	construção/adequação de unidade de saúde op	unidade construída ou adequada	unid 1

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0035	ATENÇÃO A SAÚDE ESPECIALIZADA CACHOEIRO		SEMUS
Objetivo	Implementar políticas de atenção especializada à população em situações especiais de agravo			
Ação/Tipo	Descrição			
220	A	manutenção do centro de atenção psicossocial-ad	atividade mantida	perc 100
221	A	manutenção das ações de atenção especializada	atividade mantida	perc 100
222	A	manutenção do centro odontológico especializado	atividade mantida	perc 100
223	A	manutenção do centro de referência do trabalhador-cerest	atividade mantida	perc 100
225	P	reaparelhamento do centro de referência do trabalhador-cerest	unidade reaparelhada	unid 1

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0036	ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE		SEMUS
Objetivo	Proporcionar às áreas administrativas condições adequadas de suporte operacional			
Ação/Tipo	Descrição			
232	A	gestão em saúde	atividade mantida	perc 100

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0037	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL		SEMDES
Objetivo	Proporcionar segurança alimentar à população.			
Ação/Tipo	Descrição			
240	A	fortalecimento da complementação alimentar	pessoa atendida	unid 2.800
241	P	implantação da cozinha comunitária	cozinha construída	unid 1
242	A	manutenção da cozinha comunitária	refeição servida	unid 52.800
243	P	implantação do restaurante popular	restaurante construído	unid 1
244	A	manutenção do restaurante popular	refeição servida	unid 264.000
245	A	educação comunitária em segurança alimentar e nutricional	pessoa capacitada	unid 1.500
246	A	aquisição de produtos da agricultura familiar e quilombola	produto adquirido	unid 220
247	P	implantação de banco de alimentos	banco implantado	unid 1
248	A	manutenção do banco de alimentos	pessoa atendida	unid 3.000

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	6	Afirmção dos Direitos de Raça, Gênero e Orientação Sexual		
Programa	0038	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA		SEMDES
Objetivo	Promover, garantir e defender direitos humanos fortalecendo a cidadania			
Ação/Tipo	Descrição			
256	A	fortalecimento da política de gênero	atendimento realizado	unid 2.200
257	A	promoção da juventude ao protagonismo e cidadania	jovem atendido	unid 1.400
258	A	promoção da igualdade racial, diversidade e comunidades tradicionais	pessoa atendida	unid 700
259	A	promoção da educação em direitos humanos	pessoa atendida	unid 2.000



Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

Anexo I - Metas e Prioridades

Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000

Lei de Responsabilidade Fiscal

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	6	Afirmção dos Direitos de Raça, Gênero e Orientação Sexual		
Programa	0039	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		SEMDES
Objetivo	Promover a redução de situações de risco pessoal e social, por meio do resgate de vínculos familiar e comunitários			
Ação/Tipo	Descrição			
265	A	promoção da cidadania da criança, adolescente e jovem	persono atendida	unid 2.800
266	A	atendimento especializado a família e indivíduo	persono atendida	unid 100
267	A	atendimento a pessoa em situação de risco social	persono atendida	unid 2.000
268	A	atendimento a criança e adolescente em situação de trabalho infantil	persono atendida	unid 170
269	A	fortalecimento da rede de proteção social e especial	entidade beneficiada	unid 7
270	A	proteção emergencial a criança e adolescente	atendimento realizado	unid 270
271	A	atendimento ao adolescente e jovem em conflito com a lei	persono atendida	unid 60
272	A	atenção à pessoa em situação de rua	persono atendida	unid 120
273	P	implantação do CREAS	CREAS construído	unid 1

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0040	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		SEMDES
Objetivo	Prevenir situações de vulnerabilidade social, por meio de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e de inclusão social e produtiva			
Ação/Tipo	Descrição			
276	A	atenção integral à família	família atendida	unid 5.700
277	A	atenção integral à pessoa idosa	atendimento realizado	unid 36.000
278	A	atenção integral aos portadores de necessidades especiais	persono atendida	unid 1.000
279	A	promoção das famílias com transferência de renda	atendimento realizado	unid 30.720
280	A	fortalecimento da participação e controle social	atividade realizada	unid 250
281	A	fortalecimento da rede de proteção social básica	entidade beneficiada	unid 14
282	A	promoção do adolescente e jovem aprendiz	persono atendida	unid 2.500
283	P	construção do centro de referência de assistência social-CRAS	CRAS construído	unid 2

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	4	Gestão Ética, Democrática e Eficiente		
Programa	0042	GESTÃO DIGITAL CACHOEIRO		SEMDURB
Objetivo	Promover a gestão estratégica das políticas públicas municipais de tecnologia de informação e comunicação			
Ação/Tipo	Descrição			
320	A	implementação de sistemas da saúde	sistema implementado	perc 100
322	A	implementação de sistemas de educação infantil	sistema implementado	perc 100
323	A	implementação de sistemas do ensino fundamental	sistema implementado	perc 100
324	A	implementação de sistemas administrativos e fazendários	sistema implementado	perc 100
329	A	implementação da infovia cachoeiro digital	infovia implementada	perc 100

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	4	Gestão Ética, Democrática e Eficiente		
Programa	0043	PENSANDO CACHOEIRO DO FUTURO		SEMDURB
Objetivo	Promover a gestão estratégica das políticas públicas de desenvolvimento urbano			
Ação/Tipo	Descrição			
335	P	revisão do plano diretor municipal-pdm	codigo revisado	perc 100
336	P	revisão do código de obras	codigo revisado	perc 100
339	P	urbanização e reurbanização da cidade	intervenção realizada	unid 1
341	A	realização de conferências públicas	eventos realizado	unid 2
345	P	implementação de áreas paa fins de intervenção urbana	projeto implementado	perc 25

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	4	Gestão Ética, Democrática e Eficiente		
Programa	0044	CACHOEIRO GEOREFERENCIADO		SEMDURB
Objetivo	Impalantar sistema de geoinformação que atenda diversas demandas com qualidade e eficiência			
Ação/Tipo	Descrição			
350	A	implementação de sistema de georeferenciamento	sistema implementado	perc 50



Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012

Anexo I - Metas e Prioridades

Art. 4º. - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000

Lei de Responsabilidade Fiscal

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0045	PROGRAMA MORADA LEGAL		SEMUTHA
Objetivo	Promover a gestão estratégica de políticas públicas de habitação de interesse social e assegurar o direito à moradia para pessoas carentes			
Ação/Tipo	Descrição			
365	P	regularização fundiária de interesse social	lote regularizado	unid 320
366	P	reforma de moradias populares	moradia reformada	unid 163
367	P	produção de lote legal	lote produzido	unid 50
368	P	construção de casa legal	casa construída	unid 50

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0046	PROGRAMA RECUPERANDO MORADIAS		SEMUTHA
Objetivo	Promover a gestão estratégica de políticas públicas de habitação de interesse social em áreas de risco por meio de apoio à recuperação de moradias populares			
Ação/Tipo	Descrição			
373	P	apoio à recuperação de moradias populares	persona beneficiada	unid 35
374	P	concessão de aluguel social	persona beneficiada	unid 28

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	4	Gestão Ética, Democrática e Eficiente		
Programa	0048	SEDE PRÓPRIA IPACI		IPACI
Objetivo	Construir e aparelhar sede própria do instituto de previdência			
Ação/Tipo	Descrição			
385	P	implantação da sede própria	sede implantada	perc 100
386	P	aparelhamento da sede	sede equipada	perc 100

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0049	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPACI		IPACI
Objetivo	Promover a concessão de benefícios previdenciários			
Ação/Tipo	Descrição			
389	A	pagamento a inativos e pensionistas	servidor beneficiado	unid 17
390	A	pagamento de outros benefícios previdenciários	servidor beneficiado	unid 627

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	5	Gestão Democrática do Território		
Programa	0050	PROJETO ÁGUA		FOZ DO BRASIL
Objetivo	Ampliar e melhorar o sistema de abastecimento de água para toda a população urbana			
Ação/Tipo	Descrição			
395	P	construção de redes de distribuição de água	rede construída	KM 547

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	5	Gestão Democrática do Território		
Programa	0051	PROJETO RIO VIDA		FOZ DO BRASIL
Objetivo	Dotar a área urbana do município de sistema de esgotamento sanitário e contribuir para a despoluição do rio itapemirim			
Ação/Tipo	Descrição			
399	P	construção de redes coletoras de esgoto	rede construída	KM 417



Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012
 Anexo I - Metas e Prioridades
 Art. 4º - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000
 Lei de Responsabilidade Fiscal

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	1	Participação Cidadã e Controle Social		
Programa	0054	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO CACHOEIRO		SEMGES
Objetivo	Promover a gestão estratégica de políticas públicas de participação cidadã e controle social na aplicação de recursos para investimentos na cidade			
Ação/Tipo	Descrição			
440	A	gestão do orçamento participativo	atividade mantida	perc 100

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0055	DIFUSÃO CULTURAL		SEMCULT
Objetivo	Proporcionar à população ações que visem divulgar, apoiar e criar medidas para a produção e difusão cultural			
Ação/Tipo	Descrição			
445	A	realização de tenda cultural	evento realizado	unid 6
446	A	realização de oficinas culturais	oficina realizada	unid 1
447	P	realização de eventos culturais e festivos	eventos realizado	unid 4
448	A	apoio aos eventos culturais	eventos apoiado	unid 20
449	P	realização da bienal rubem braga	evento realizado	unid 1

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0056	INCENTIVO CULTURAL CACHOEIRO		SEMCULT
Objetivo	Promover a difusão da cultura por meio de concessão de incentivos fiscais e culturais			
Ação/Tipo	Descrição			
455	A	concessão de incentivo ao patrimônio vivo	incentivo concedido	unid 18
456	A	concessão de incentivo lei rubem braga	projeto apoiado	unid 25

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0057	CACHOEIRO HISTÓRIA E CULTURA		SEMCULT
Objetivo	Promover a valorização e recuperação do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural do município			
Ação/Tipo	Descrição			
460	P	recuperação dos espaços públicos e patrimônios culturais	espaço público recuperado	unid 2
461	A	manutenção dos espaços públicos e patrimônios culturais	espaço público mantido	unid 1
463	P	aparelhamento dos espaços públicos e patrimônios culturais	espaço e patrimônio aparelhado	unid 1

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0058	TRANSPORTE COLETIVO GRATUITO		SEMDES
Objetivo	Disponibilizar acesso ao transporte coletivo gratuito à população de baixa renda			
Ação/Tipo	Descrição			
468	A	manutenção do sistema de transporte coletivo gratuito	pessoa beneficiada	unid 15.840

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	1	Participação Cidadã e Controle Social		
Programa	0059	OBRAS DA CIDADE		SEMGES
Objetivo	Possibilitar a gestão democrática e participativa por meio de indicação popular de investimentos relevantes para a cidade			
Ação/Tipo	Descrição			
470	P	construção da biblioteca pública municipal	biblioteca construída	unid 1
471	P	implantação do centro municipal de qualificação profissional	centro implantado	perc 100
473	P	adequação da nova sede administrativa	sede adequada	perc 20

Programas e Ações		Produto	Unid. Medida	Meta Física
Base Estratégica	3	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos		
Programa	0060	SANEAR RURAL		SEMMA
Objetivo	Implantar estações de esgoto domiciliar na zona rural do Município para manutenção da qualidade de águas superficiais e			
Ação/Tipo	Descrição			
475	P	implantação de estações de esgotos domiciliares rurais	estação implantada	perc 50

Anexo Riscos Fiscais

Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS



MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2012

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor – R\$	Descrição	Valor
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidade	600.000	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias	
Condenações Judiciais	800.000		900.000
Despesa com pagamentos de juros orçada a menor	100.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	600.000
TOTAL	1.500.000	TOTAL	1.500.000

FONTE: SEMFA

AMF - Dem I

Tabela 2 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS



MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2012

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	309.614.600	295.681.943		290.321.407	277.256.944		304.837.477	291.119.791	
Receitas Primárias (I)	303.224.600	289.579.493		283.566.907	270.806.396		297.745.252	284.346.716	
Despesa Total	300.326.162	286.811.485		281.611.765	268.939.235		295.692.353	282.386.197	
Despesas Primárias (II)	292.369.067	279.212.459		274.150.505	261.813.732		287.858.030	274.904.419	
Resultado Primário (III) = (I – II)	10.855.533	10.367.034		9.416.402	8.992.664		9.887.222	9.442.297	
Resultado Nominal	-20.572.922	-19.079.929		-16.866.657	-15.891.468		-20.907.253	-19.762.548	
Dívida Pública Consolidada	50.061.059	44.018.689		47.205.184	41.507.518		44.511.947	39.139.355	
Dívida Consolidada Líquida	2.858.453	-1.059.800		-14.008.204	-16.951.267		-34.915.457	-36.713.816	

FONTE: SEMFA

AMF - Dem II

Tabela 3 - DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR



MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2012

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2010 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2010 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	311.770.000		221.471.786		-90.298.214	-28,96
Receitas Primárias (I)	302.266.094		218.071.504		-84.194.590	-27,85
Despesa Total	302.416.900		177.697.282		-124.719.618	-41,24
Despesas Primárias (II)	292.128.490		171.892.486		-120.236.004	-41,16
Resultado Primário (III) = (I–II)	10.137.604		46.179.018		36.041.414	355,52
Resultado Nominal	-34.931.337		-12.577.771		22.353.566	-63,99
Dívida Pública Consolidada	55.285.330		44.701.233		-10.584.097	-19,14
Dívida Consolidada Líquida	26.167.629		8.384.057		-17.783.572	-67,96

FONTE: SEMFA

AMF - Dem III

Tabela 4 - DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES



MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MÉTAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2012

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES								
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	311.770.000	325.500.000	4,40	309.614.600	-4,88	290.321.407	-6,23	304.837.477	5,00
Receitas Primárias (I)	302.266.094	306.944.032	1,55	303.224.600	-1,21	283.566.907	-6,48	297.745.252	5,00
Despesa Total	302.416.900	315.735.000	4,40	300.326.162	-4,88	281.611.765	-6,23	295.692.353	5,00
Despesas Primárias (II)	292.128.490	304.993.500	4,40	292.369.067	-4,14	274.150.505	-6,23	287.858.030	5,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	10.137.604	1.950.532	-80,76	10.855.533	456,54	9.416.402	-13,26	9.887.222	5,00
Resultado Nominal	-34.931.337	-2.736.254	-92,17	-20.572.922	651,86	-16.866.657	-18,02	-20.907.253	23,96
Dívida Pública Consolidada	55.285.330	57.553.947	4,10	50.061.059	-13,02	47.205.184	-5,70	44.511.947	-5,71
Dívida Consolidada Líquida	26.167.629	23.431.375	-10,46	2.858.453	-87,80	-14.008.204	-590,06	-34.915.457	149,25

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES								
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	297.740.350	310.852.500	4,40	295.681.943	-4,88	277.256.944	-6,23	291.119.791	5,00
Receitas Primárias (I)	288.664.119	293.131.551	1,55	289.579.493	-1,21	270.806.396	-6,48	284.346.716	5,00
Despesa Total	288.808.140	301.526.925	4,40	286.811.485	-4,88	268.939.235	-6,23	282.386.197	5,00
Despesas Primárias (II)	278.982.708	291.268.793	4,40	279.212.459	-4,14	261.813.732	-6,23	274.904.419	5,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	9.681.411	1.862.758	-80,76	10.367.034	456,54	8.992.664	-13,26	9.442.297	5,00
Resultado Nominal	-34.198.769	-2.784.857	-91,86	-19.079.929	585,13	-15.891.468	-16,71	-19.762.548	24,36
Dívida Pública Consolidada	48.612.391	50.607.186	4,10	44.018.689	-13,02	41.507.518	-5,70	39.139.355	-5,71
Dívida Consolidada Líquida	20.804.986	18.020.129	-13,39	-1.059.800	-105,88	-16.951.267	1.499,48	-36.713.816	116,58

FONTE: SEMFA

AMF - Dem IV

Tabela 5 - DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2012

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio/Capital	5.222.407	2,50	29.729.327	13,04	4.894.781	3,12
Reservas	0		0		0	
Resultado Acumulado	203.452.903	97,50	198.230.496	86,96	152.163.138	96,88
TOTAL	208.675.310	100,00	227.959.823	100,00	157.057.919	100,00

FONTE: SEMFA

AMF - Dem V

Tabela 6 - DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS



MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2012

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2010 (a)	2009 (b)	2008 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	536.163,35	968.906,87	559.532,51
Rendimentos da Alienação de Bens Imóveis	429.600,00	911.745,01	542.850,00
	106.563,35	57.161,86	16.682,51
DESPESAS EXECUTADAS	2010 (d)	2009 (e)	2008 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.227.500,00	190.380,00	0
DESPESAS DE CAPITAL	1.227.500,00	190.380,00	0
Investimentos	1.227.500,00	190.380,00	0
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
SALDO FINANCEIRO	2010 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2009 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2008 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	646.722,73	1.338.059,38	559.532,51

FONTE: SEMFA

Nota :

AMF - Dem VII

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA



MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
ANO DE 2012

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	LEI	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
				2012	2013	2014	
IPTU	Isenção	regularização loteamentos	4960/2000 5516/2003	20.000,00			
IPTU	Desconto para pagamento a vista do exercício corrente	todos os contribuintes	5394/2002	1.400.000,00			
IPTU	Isenção	imóveis padrão "D/E" com limite valor	5394/2002	250.000,00			
IPTU	Redução 30% base cálculo para exercício seguinte	contribuintes que estejam com o IPTU do exercício pago e que não possuam débito da unidade imobiliária inscrito em dívida ativa.	5394/2002	2.800.000,00			
IPTU	Isenção e remissão	entidades culturais e recreativas	5436/2003	30.000,00			
IPTU	isenção e remissão tributos	instituições educacionais sem fins lucrativos e/ou de natureza filantrópica.	5525/2003	30.000,00			
IPTU / SERV. PUBLICOS	isenção tributos	empresa Nemer Mármore e Granitos Ltda devido a aquisição de pedra no bairro São Geraldo	5594/2004	10.000,00			
IPTU /ISS /ITBI	Isenção e redução base de calculo	reativação, ampliação e instalação de empresas	4970/2000	200.000,00			
IPTU /ISS /ITBI	Isenção	construção casas populares com recurso FGTS	5005/2000	20.000,00			
IPTU /ISS /ITBI/TAXAS	Isenção 20 anos	Itabira Agro-Industrial	4983/2000	150.000,00			
IPTU /ITBI	Isenção e redução base de calculo	loteamentos no Distrito Industrial de São Joaquim	5170/2001	800.000,00			
IPTU/ MULTAS/JUROS	Remissão	Remissão de débitos de IPTU inscritos em Dívida Ativa até 31/12/2007 para pessoas	6121/2008 6136/2008	100.000,00			
ISS	redução base cálculo	Cooperativas de Trabalho	5410/2003	1.800.000,00			
MULTAS/JUROS	redução	desconto de 30% nas multas e juros p/ pagtº débitos inscr. Div. Ativa	5408/2003	300.000,00			
MULTAS/JUROS CORR. MONET.	Anistia e redução de multas/juros e atualização monetária	REFIM I - desconto pagamento à vista e/ou parcelado de débitos inscritos em Dívida Ativa.	5784/2005	3.151,17	0,00	0,00	
MULTAS/JUROS CORR. MONET.	Anistia e redução de multas/juros e atualização monetária	REFIM II - desconto pagamento à vista e/ou parcelado de débitos inscritos em Dívida Ativa.	6107/2008	56.432,96	32.242,09	11.431,02	
MULTAS/JUROS CORR. MONET.	Anistia e redução de multas/juros e atualização monetária	REFIM III - desconto pagamento à vista e/ou parcelado de débitos inscritos em Dívida Ativa.	6422/2010	333.772,75	180.791,77	103.922,85	
TAXA FISCALIZAÇÃO LOCALIZAÇÃO/ SERV. PUBLICOS	Isenção	Microempresas e Empreendedores Individuais	Lei 6323/2009 Lei 6525/2011 Alteração CTM	50.000,00	50.000,00	50.000,00	Lei 6323/2009 Aumento na alíquota do ISSQN para os subitens 3.02, 3.04, 3.05, 17.12 e 21.01 da lista de serviços.
TOTAL				8.353.356,88	263.033,86	165.353,87	

FONTE: Subsecretaria Tributária - Secretaria Municipal da Fazenda

AMF - Dem VIII

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO



MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2012

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2012
Aumento Permanente da Receita	0
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0

FONTE: SEMFA

Tabela 7 - DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL



CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - IPACI

2012

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	2008	2009	2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.062.744,49	10.273.614,79	13.905.485,91
RECEITAS CORRENTES	9.062.744,49	10.273.614,79	13.905.485,91
Receita de Contribuições dos Segurados	5.025.196,93	5.806.200,47	6.089.950,31
Pessoal Civil	5.025.196,93	5.806.200,47	6.089.950,31
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	94.669,99	59.960,19	72.625,69
Receita Patrimonial	3.928.940,43	4.113.980,07	7.694.393,95
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	13.937,14	293.474,06	48.515,96
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.631,62	224.675,56	24.990,91
Demais Receitas Correntes	10.305,52	68.798,50	23.525,05
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.335.992,36	9.409.135,69	8.895.569,37
RECEITAS CORRENTES	6.335.992,36	9.409.135,69	8.895.569,37
Receita de Contribuições	6.216.990,73	9.344.507,03	8.888.842,16
Patronal	5.552.904,78	8.608.198,50	8.797.871,72
Pessoal Civil	5.552.904,78	8.608.198,50	8.797.871,72
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos	664.085,95	736.308,53	90.970,44
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes (Aportes/Multas e Juros)	119.001,63	64.628,66	6.727,21
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	15.398.736,85	19.682.750,48	22.801.055,28

<u>DESPESAS</u>	2008	2009	2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	7.727.062,39	8.789.250,23	9.943.212,66
ADMINISTRAÇÃO	699.085,44	835.224,77	980.446,54
Despesas Correntes	662.690,44	798.423,37	969.721,54
Despesas de Capital	36.395,00	36.801,40	10.725,00
PREVIDÊNCIA	7.027.976,95	7.954.025,46	8.962.766,12
Pessoal Civil	7.027.976,95	7.954.025,46	8.962.766,12
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	45.838,89	45.792,61	38.294,99
ADMINISTRAÇÃO	45.838,89	45.792,61	38.294,99
Despesas Correntes	45.838,89	45.792,61	38.294,99
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	7.772.901,28	8.835.042,84	9.981.507,65
<u>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</u>	7.625.835,57	10.847.707,64	12.819.547,63
<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO</u>			
<u>DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>			
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	5.268.700,00	4.096.200,00	3.087.564,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	38.688.264,04	49.522.987,54	62.252.141,66

Fonte: Balançetes e Relatórios Contábeis do IPACI.

Tabela 8

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES


 MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

 PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - IPACI

2012

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)= (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2011	20.826.426,40	12.392.516,30	8.433.910,10	70.538.346,18
2012	21.753.586,97	12.538.756,61	9.214.830,36	79.753.176,55
2013	22.886.511,46	12.868.956,43	10.017.555,03	89.770.731,58
2014	23.715.680,15	12.837.353,68	10.878.326,47	100.649.058,05
2015	25.055.865,85	13.279.733,08	11.776.132,77	112.425.190,82
2016	26.302.572,86	13.585.523,60	12.717.049,26	125.142.240,08
2017	27.624.729,53	13.890.064,95	13.734.664,58	138.876.904,65
2018	36.757.353,76	22.794.121,08	13.963.232,68	152.840.137,33
2019	39.209.758,24	24.285.115,92	14.924.642,32	167.764.779,65
2020	42.039.032,81	26.149.313,60	15.889.719,21	183.654.498,86
2021	45.611.203,00	28.745.718,67	16.865.484,33	200.519.983,20
2022	49.005.855,70	31.109.114,30	17.896.741,40	218.416.724,59
2023	53.439.532,40	34.708.718,41	18.730.813,99	237.147.538,58
2024	55.861.811,83	36.048.443,44	19.813.368,39	256.960.906,97
2025	58.710.001,82	37.662.721,98	21.047.279,84	278.008.186,80
2026	59.275.880,80	39.059.450,84	20.216.429,96	298.224.616,77
2027	59.732.699,41	40.187.109,33	19.545.590,08	317.770.206,86
2028	60.016.478,76	42.289.294,75	17.727.184,01	335.497.390,87
2029	60.203.844,65	43.485.071,13	16.718.773,52	352.216.164,39
2030	60.348.826,51	44.278.945,08	16.069.881,43	368.286.045,82
2031	58.694.918,31	45.357.653,61	13.337.264,70	381.623.310,52
2032	58.398.540,55	46.125.260,76	12.273.279,79	393.896.590,30
2033	57.850.660,49	47.916.887,29	9.933.773,20	403.830.363,50
2034	57.244.933,82	48.666.358,55	8.578.575,27	412.408.938,77
2035	56.523.830,20	49.174.510,07	7.349.320,13	419.758.258,90
2036	55.781.826,00	48.953.159,73	6.828.666,27	426.586.925,17
2037	54.967.257,86	48.685.923,66	6.281.334,20	432.868.259,38
2038	53.966.365,19	49.201.471,05	4.764.894,14	437.633.153,51
2039	52.987.770,44	48.525.914,70	4.461.855,74	442.095.009,24
2040	51.889.843,63	48.286.844,51	3.602.999,12	445.698.008,37
2041	50.820.357,69	47.351.369,31	3.468.988,38	449.166.996,75
2042	49.730.406,21	46.267.142,77	3.463.263,44	452.630.260,19
2043	48.590.957,00	45.426.813,13	3.164.143,87	455.794.404,06
2044	47.538.181,59	43.742.576,01	3.795.605,58	459.590.009,64
2045	46.501.273,51	42.179.323,51	4.321.950,00	463.911.959,64
2046	31.988.878,81	40.280.955,44	-8.292.076,63	455.619.883,00
2047	31.271.959,12	38.431.527,64	-7.159.568,52	448.460.314,48
2048	30.635.466,58	36.500.720,47	-5.865.253,89	442.595.060,59
2049	30.076.936,15	34.572.521,40	-4.495.585,25	438.099.475,34
2050	29.605.782,08	32.629.272,40	-3.023.490,32	435.075.985,03

Tabela 8

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - IPACI**

2012

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)= (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2051	29.224.786,67	30.701.717,68	-1.476.931,01	433.599.054,01
2052	28.939.008,05	28.795.525,48	143.482,57	433.742.536,58
2053	28.753.704,64	26.918.740,86	1.834.963,78	435.577.500,35
2054	28.673.905,62	25.078.521,81	3.595.383,81	439.172.884,16
2055	28.704.501,08	23.282.180,59	5.422.320,49	444.595.204,65
2056	28.849.928,23	21.534.010,57	7.315.917,66	451.911.122,31
2057	29.114.857,96	19.840.390,67	9.274.467,29	461.185.589,60
2058	29.503.808,51	18.207.491,41	11.296.317,10	472.481.906,71
2059	30.021.079,60	16.640.269,25	13.380.810,35	485.862.717,05
2060	30.670.941,73	15.143.826,82	15.527.114,91	501.389.831,96
2061	31.457.512,44	13.722.305,88	17.735.206,56	519.125.038,52
2062	32.384.877,99	12.379.509,37	20.005.368,62	539.130.407,14
2063	33.457.002,55	11.117.862,60	22.339.139,95	561.469.547,09
2064	34.677.800,82	9.938.460,10	24.739.340,72	586.208.887,80
2065	36.051.253,76	8.841.459,23	27.209.794,53	613.418.682,33
2066	37.581.494,86	7.826.334,19	29.755.160,67	643.173.843,00
2067	39.272.851,48	6.891.789,24	32.381.062,24	675.554.905,25
2068	41.129.922,48	6.035.941,82	35.093.980,66	710.648.885,91
2069	43.157.630,31	5.256.257,66	37.901.372,65	748.550.258,56
2070	45.361.295,69	4.549.693,14	40.811.602,55	789.361.861,12
2071	47.746.687,17	3.912.693,71	43.833.993,46	833.195.854,57
2072	50.320.091,13	3.341.325,46	46.978.765,67	880.174.620,25
2073	53.088.390,65	2.831.465,40	50.256.925,25	930.431.545,49
2074	56.059.135,83	2.378.988,38	53.680.147,45	984.111.692,95
2075	59.240.606,23	1.979.949,20	57.260.657,03	1.041.372.349,98
2076	62.641.855,61	1.630.679,02	61.011.176,59	1.102.383.526,58
2077	66.272.729,85	1.327.711,08	64.945.018,77	1.167.328.545,35
2078	70.143.877,97	1.067.592,82	69.076.285,15	1.236.404.830,51
2079	74.266.788,24	846.778,46	73.420.009,78	1.309.824.840,29
2080	78.653.841,95	661.613,12	77.992.228,83	1.387.817.069,12
2081	83.318.380,69	508.415,82	82.809.964,87	1.470.627.034,00
2082	88.274.780,13	383.617,46	87.891.162,67	1.558.518.196,66
2083	93.538.507,99	283.786,99	93.254.721,00	1.651.772.917,66
2084	99.126.172,19	205.554,74	98.920.617,45	1.750.693.535,11
2085	105.055.583,96	145.597,01	104.909.986,95	1.855.603.522,06

Nota: Reavaliação Atuarial de 2011

Fonte: NAP - Núcleo Atuarial de Previdência (COPETEEC).

PORTARIA Nº 965/2011

DISPÕE SOBRE SOBRESTAMENTO DE PRAZO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL, a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através do Decreto nº 21.599, de 01 de fevereiro de 2011, tendo em vista o que consta da Lei nº 4891/1999 e no processo protocolado sob nº 29.357/2011,

RESOLVE:

Sobrestar a partir de 1º de dezembro de 2011, o prazo do processo administrativo aberto mediante a Portaria abaixo mencionada, devido ao fato de que o servidor em questão se encontra à disposição do NUROC, por tempo indeterminado.

PORTARIA Nº	SERVIDOR	PROTOCOLO Nº
656/2011	Thiago Martins de Almeida	29.357/2011

Cachoeiro de Itapemirim, 15 de dezembro de 2011.

GUILHERME THOMPSON DE MENDONÇA
Secretário Municipal de Defesa Social

PORTARIA Nº 966/2011

AUTORIZA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009, resolve:

Considerar autorizada a prestação de serviços em horário extraordinário, pelos servidores municipais abaixo relacionados, durante o mês de novembro de 2011, em virtude de acúmulo de serviços, nos termos do Artigo 139, da Lei nº 4.009, de 20.12.94 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO	HORAS	SEQ. Nº
ALMIR COELHO MACHADO	OP. DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS	SEMAG	15	2 - 22.121/2011
CARLOS GILBERTO NASCIMENTO MOREIRA	OP. DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS	SEMAG	10	2 - 22.121/2011
CARLOS ROBERTO FLORES GONÇALVES	OP. DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS	SEMAG	10	2 - 22.121/2011
DOMINGOS JOSÉ DA SILVA	MOTORISTA	SEMAG	10	2 - 22.121/2011
LAURO DE SOUZA	OP. DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS	SEMAG	10	2 - 22.121/2011
SEBASTIÃO SOARES VIANA	OP. DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS	SEMAG	30	2 - 22.121/2011

Cachoeiro de Itapemirim, 15 de dezembro de 2011.

MANOEL EDUARDO BAPTISTA CABRAL
Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos

PORTARIA Nº 968/2011

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº. 31.803/2011,

RESOLVE:

Conceder ao servidor municipal LÚCIO MARTELETE BRAGANÇA, Professor PEB C V, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEME, licença sem vencimento para tratar de interesses particulares, no período de 02 (dois) anos, a partir de 06 de fevereiro de 2012, nos termos do Art. 105 da Lei nº. 4.009, de 20.12.94 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Cachoeiro de Itapemirim, 16 de dezembro de 2011.

MANOEL EDUARDO BAPTISTA CABRAL
Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos

PORTARIA Nº 969/2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs. 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº. 15.261/2011,

RESOLVE:

Considerar autorizada a readaptação definitiva da servidora municipal MARIA JOSÉ RICCO SAMPAIO, Auxiliar de Serviços Públicos Municipais, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEME, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme parecer da perícia médica, passando a atuar na Secretaria da EMEB "Luiz Pinheiro" como auxiliar de Secretaria, oferecendo suporte na xerox de documentos para comunicação dos pais, acompanhamento dos alunos durante o recreio e na reposição de material para os professores, a partir de 1º de dezembro de 2011, nos termos do Artigo 35, da Lei nº. 4.009, de 20.12.94 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Cachoeiro de Itapemirim, 16 de dezembro de 2011.

MANOEL EDUARDO BAPTISTA CABRAL
Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos

PORTARIA Nº 970/2011

AUTORIZA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no Sequencial nº 2 – 22.373/2011,

RESOLVE:

Autorizar a prestação de serviços em horário extraordinário, pela servidora municipal ANDRÉA CRISTIANE REIS TUSSINI, Auxiliar de Serviços Públicos Municipais II, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos - SEMASI, num total de 40 (quarenta) horas, durante o mês de dezembro de 2011, em virtude de acúmulo de serviços, nos termos do Artigo 139, da Lei nº 4.009, de 20.12.94 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Cachoeiro de Itapemirim, 16 de dezembro de 2011.

MANOEL EDUARDO BAPTISTA CABRAL
Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos

PORTARIA Nº 975/2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA AUTOCONDUÇÃO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE TRANSPORTES, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através do Decreto nº. 21.936/2011, resolve:

Art. 1º - Conceder aos servidores municipais abaixo relacionados, autorização para Autocondução, no período de 90 (noventa) dias, a partir desta data, nos termos do artigo 13, §§ 2º a 6º do Decreto nº. 22.289/2011.

NOME	LOTAÇÃO	SEQ.º
Aldecir Pereira dos Santos	SEME	2-23022/2011

Art. 2º - A Autocondução somente poderá ser exercida quando comprovada a indisponibilidade de motorista para cumprir a função.

Cachoeiro de Itapemirim, 19 de Dezembro de 2011.

CLÁUDIO PIGHETTE SILVA
Secretário Municipal de Gestão de Transportes

PORTARIA Nº 976/2011

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO FIRMADO NO MUNICÍPIO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs. 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Designar o servidor municipal SINVAL HEMERLY DOS SANTOS, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMO, para acompanhamento e fiscalização da execução do serviço constante no Contrato descrito abaixo.

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	PROT. Nº
Nº 361/2011 19/12/2011	Contratação de Empresa Especializada para Realização de Obra de Reforma da Casa de Passagem – Rua Constantino Negrelli – Bairro Aeroporto – Cachoeiro de Itapemirim - ES	MONTANHA CONSTRUTORA LTDA.	18-20.028/2011 45.126/2011 37.097/2011

Cachoeiro de Itapemirim, 19 de dezembro de 2011.

MANOEL EDUARDO BAPTISTA CABRAL
Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇOS INTERNOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 236/2010.

CONTRATADA: E.M.C. ELETRO MÉDICA CAPIXABA LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº 236/2010, firmado em 20/12/2010, por mais 12 (doze) meses, em conformidade com o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2011.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Geral do Município, Manoel Eduardo Baptista Cabral – Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos, Márcia Alves Fardim Novaes – Secretária Municipal de Saúde e Elson Francisco Costa – representante da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 51-41.241/2011.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 362/2011.

CONTRATADA: DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME.

OBJETO: Aquisição de mobiliário em geral, conforme especificações do Anexo I, Itens 015, 024, 025, 032, 034, 036, 037, 046, 059 e 076, da Ata de Registro de Preços nº LXXI – Edital de Pregão nº.080/2010, do Estado do Piauí.

VALOR: R\$ 2.297.013,50 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil, treze reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Recurso Proveniente do MDE, a saber:

Órgão/Unidade: 17.03,Projeto/Atividade: 12.361.0003.2.023, Despesa: 4 4 90 52 24 00

Órgão/Unidade: 17.02,Projeto/Atividade: 12.365.0003.2.013, Despesa: 4 4 90 52 24 00

PRAZO: Até 31/12/2011.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2011.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Geral do Município, Manoel Eduardo Baptista Cabral – Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos, Maria Deuceny da Silva Lopes Bravo Pinheiro – Secretária Municipal de Educação e André Luiz Paula Rodrigues – Procurador da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 1-47.342/2011.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 363/2011.

CONTRATADA: EDITORA CIDADANIA LTDA ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME.

OBJETO: Aquisição de livros, conforme especificações do termo de referência e proposta que passam a fazer parte integrante do contrato.

VALOR: R\$ 445.500,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Recurso Proveniente do MDE, a saber:

Órgão/Unidade: 17.03,Projeto/Atividade: 12.361.0003.2.023, Despesa: 3 3 90 30 46 00

PRAZO: Até 31/12/2011.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2011.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Geral do Município, Manoel Eduardo Baptista Cabral – Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos, Maria Deuceny da Silva Lopes Bravo Pinheiro – Secretária Municipal de Educação, Maciel Garcia Velozo e Fabrício Taufner Correa – Sócios da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 1-45.942/2011 e 1-47.562/2011.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 364/2011.

CONTRATADA: BARS PLANETA INTERNACIONAL LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME.

OBJETO: Aquisição de livros, conforme especificações do termo de referência e proposta que passam a fazer parte integrante do contrato.

VALOR: R\$ 1.715.000,00 (um milhão, setecentos e quinze mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Recurso Proveniente do MDE, a saber:

Órgão/Unidade: 17.03,Projeto/Atividade: 12.361.0003.2.023, Despesa: 4 4 90 52 08 00

PRAZO: Até 31/12/2011.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2011.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Geral do Município, Manoel Eduardo Baptista Cabral – Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos, Maria Deuceny da Silva Lopes Bravo Pinheiro – Secretária Municipal de Educação, Maurício Gervilla Gregório e Marcos Cortes Vega – Sócios da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 1-45.947/2011 e 1-47.561/2011.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 365/2011.

CONTRATADA: H.V. OLIVEIRA PRODUÇÕES E EVENTOS ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES.

OBJETO: Prestação de serviço de Áudio, Vídeo e Foto, conforme especificações do Anexo I do Edital de Pregão nº 217/2011.

VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Recursos provenientes do Fundo Est. Comb. Pobreza Des. Social e do Convênio nº 34/2008 - SAIC-PAIF/CRAS, a saber:

Fundo Est. Comb. Pobreza Des. Social:

Órgão/Unidade: 09.02, Projeto/Atividade: 08.244.0039.2.267, Despesa: 3 3 90 39 44 00

Convênio nº 34/2008:

Órgão/Unidade: 09.02, Projeto/Atividade: 08.244.0040.2.276, Despesa: 3 3 90 39 44 00

PRAZO: Até 31/12/2011.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2011.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Geral do Município, Manoel Eduardo Baptista Cabral – Secretário Municipal de Administração e Serviços Internos, Nilcéia Maria Pizza – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Henrique Venturi Oliveira – Sócio da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 1-46.583/2011.

CONTROLADORIA INTERNA DE GOVERNO**EDITAL**

Edital de Convocação para preenchimento de vagas de Candidatos a Delegados da 1ª CONSOCIAL – Conferência Regional sobre Transparência e Controle Social

A **Presidência da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Regional sobre Transparência e Controle Social – 1ª CONSOCIAL**, através da **Controladoria Interna de Governo**, comunica aos interessados, pessoa física e representantes de sindicatos, associações e todo tipo de entidade civil organizada, domiciliada no município de Cachoeiro de Itapemirim, a abertura das inscrições para candidato a Delegado da **1ª CONSOCIAL – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Etapa Estadual**, cuja etapa regional ocorreu em 15 de dezembro de 2011, regida pelo Decreto nº 22.375/2011, de 03 de novembro de 2011.

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - O presente Edital tem por objetivo o preenchimento de vagas de candidatos a Delegados, para representar a Sociedade Civil de Cachoeiro de Itapemirim, na etapa Estadual da 1ª CONSOCIAL, que realizar-se-á nos dias 01, 02 e 03 de março de 2012, em Vitória-ES.

II - DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

2.1 - As inscrições serão realizadas no período de 20/12/2011 a 22/12/2011, na Controladoria Interna de Governo, localizada na Av. Brahim Antonio Seder, nº 34/1º andar – Ed. Centro Administrativo “Hélio Carlos Manhães”, Centro, Cachoeiro de Itapemirim - ES. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone nº (28) 3155-5384, no horário de 08h às 18h.

III – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – As despesas decorrentes da viagem para participação no evento supramencionado correrão por conta dos municípios a que os mesmos pertencem, conforme preceitua o art. 23, parágrafo único, do Regimento Interno da 1ª CONSOCIAL.

IV – DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 – Deverão ser apresentados no ato da inscrição, os seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF e Comprovante de Residência, para preenchimento de formulário específico.

V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - Os casos omissos relativos a este Edital serão decididos pela Comissão Organizadora da 1ª Conferência Regional sobre Transparência e Controle Social – 1ª CONSOCIAL.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 20 de dezembro de 2011.

JAYME VIEIRA TORRES FILHO
Presidente da Comissão Organizadora

IPACI**PORTARIA Nº. 333/2011**

RETIFICA O TEOR DA PORTARIA Nº 064, DE 11 DE MARÇO DE 2011.

O Presidente Executivo do **IPACI** - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 5.972/2007 e do Decreto nº. 19.208/2009, resolve:

Art. 1º - Retificar o teor da Portaria nº 064, de 11/03/2011 que passar a ter a seguinte redação: “Concede aposentadoria proporcional ao tempo de serviço à servidora municipal **NELSINA DE BARROS DE SOUZA**, Oficial Administrativo III, Grupo Salarial V, Classe B, Nível 10, Letra G, ocupante da função gratificada de Diretor de Departamento de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, nos termos do Artigo 40, Inciso III, alínea “c”, da Constituição Federal de 1988 (redação original) e do Artigo 62, Inciso III, alínea “c” da Lei nº 4.009, de 20.12.1994 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, fixando-lhe o provento em R\$ 886,68 (oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), a partir de 02 de outubro de 1995, conforme despachos no processo de protocolo nº 8.898, de 26.09.1995.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 13 de dezembro de 2011.

GERALDO ALVES HENRIQUE
Presidente Executivo

ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 216/2011.**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do art. 79, I, c/c art. 91, da Lei 4009/94, à servidora efetiva constante abaixo, conforme requerimento protocolado sob o nº 5839/2011:

Nome	Cargo	Total Dias	Data Início	Data Final
Stephanie Karla Darós	Assistente Legislativo	10	21/12/2011	30/12/2011

2º - Publique-se para todos os efeitos.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 19 de dezembro de 2011.

JÚLIO CÉSAR FERRARE CECOTTI
Presidente